

CONCURSO PÚBLICO Edital n. 01/2008-CMBH

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA – SAÚDE PÚBLICA

Código 106

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO. Elas fazem parte da sua prova.

Este caderno contém a **Prova Objetiva** abrangendo **Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos e Noções de Direito Público**.

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a Folha de Respostas:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:

- use apenas caneta esferográfica azul ou preta;
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

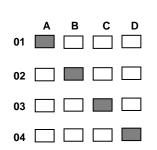
Não deixe nenhuma questão sem resposta.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 01/2008-CMBH, "Será eliminado deste concurso público o candidato que [...] **portar arma** no local [...], **portar – mesmo que desligados** – ou fizer uso de quaisquer equipamentos eletrônicos [...] tais como relógio digital [...], **telefone celular**, [...] ou outros similares [...]" (subitem 7.16, alíneas "e" e "f").

O TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E ABERTA É DE 5 (CINCO) HORAS INCLUINDO O PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS E A TRANSCRIÇÃO DE RASCUNHO, SE HOUVER.





ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, 50 (cinqüenta) questões objetivas sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos Específicos e 10 (dez) questões de Noções de Direito Público —, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas, das quais apenas uma responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o *imediatamente* ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, *não lhe* caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.

Língua Portuguesa

25

INSTRUÇÃO: As questões de 1 a 15 relacionam-se com o texto abaixo. Leia-o com atenção antes de responder a elas.

Constituição - 20 anos

A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas. Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores. "A Assembléia Constituinte era 5 composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, excassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil", lembra Bernardo Cabral, relator-geral da Constituição. Alguns impasses eram insolúveis, como provam os diversos temas consagrados no texto, mas deixados à espera de uma lei complementar. Até hoje há dezenas de 10 artigos que aguardam regulamentação. Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira. Dois méritos se agigantam quando se fala da Constituição de 88. Assim que foi promulgada, ela se tornou um símbolo. Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática. Como na primeira hora, a Carta preserva 15 essa força simbólica. Acima de tudo, ela deu ao país instituições funcionais, verdadeiras máquinas de resolver conflitos sem rupturas políticas dramáticas e paralisantes, e, fazendo isso, proporcionou ao Brasil um caminho trilhável para o futuro. Não é pouca coisa.

As luzes da democracia só chegaram ao país em 1891, um século após 20 nascer na Europa e nos Estados Unidos. No século passado, o Brasil conheceu apenas lampejos democráticos, intercalados com as longas sombras dos períodos autoritários. Antes da Carta de 88, foram quatro constituições e duas ditaduras — a de Getúlio Vargas e a dos militares. A cada terremoto institucional, seguia-se uma nova Constituição.

Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável. Ainda assim, a nova certidão de nascimento contém falhas congênitas. Um dos maiores estudiosos da história dos governos, o inglês S.E. Finer definiu desta forma as constituições: "Elas são códigos de normas 30 que pretendem regular a distribuição de poderes, funções e deveres entre as várias agências do governo e definir as relações entre eles e o povo". Aí se encontra, por assim dizer, o mínimo denominador comum de um texto constitucional, preocupado em separar os poderes, organizar o funcionamento do estado e garantir os direitos individuais dos cidadãos. A Carta brasileira não se contentou com as nobres 35 funções definidas por Finer e, seguindo uma tendência das constituições no século XX, encantou-se com o dirigismo econômico a ponto de ameaçar o funcionamento da atividade produtiva.

É notório o detalhismo da Carta de 88. Quando se examinam os artigos que ficaram de fora do texto final, nota-se a disposição dos constituintes para o detalhe.

40 Um artigo suprimido estabelecia, por exemplo, que "homens e mulheres teriam direitos iguais, excetuando-se os períodos de menstruação". Dois deles, que ficaram na redação definitiva, citam a Ordem dos Advogados do Brasil, o que faz dela, talvez, como observou o constituinte Roberto Campos, o único "clube de profissionais" a eternizar-se em um texto constitucional. O detalhismo foi uma opção dos constituintes baseada no que acreditavam ser sua mais nobre missão, como explica o constitucionalista Oscar Vilhena, da Universidade de São Paulo: "Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na 50 Constituição".

Paradoxalmente, a Carta de 88 perpetuou a concentração do poder no Executivo, dando continuidade a uma tradição que remonta ao império. O governo federal se manteve senhor absoluto da chave do cofre, de modo que o grosso dos tributos pagos pelo contribuinte continuou fazendo uma escala nos cofres da União para só então ser distribuído, ao alvitre do poder central, aos estados e municípios. Qual seria a alternativa? Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo. A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. Diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp: "O modelo aprovado pelos constituintes resultou numa concentração ainda mais aguda de poderes do governo central, o que causa um desequilíbrio na harmonia do sistema democrático. Esse presidencialismo imperial levou ao enfraquecimento do Congresso e do sistema partidário".

Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88. O mais agudo deles foi o processo de 'impeachment' do presidente Collor, todo ele conduzido dentro da legalidade do Congresso. Nos crimes de corrupção que se seguiram, seja no governo Fernando Henrique Cardoso, seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova 75 Carta: "Ela tornará o Brasil ingovernável", disse Sarney. Ele se baseava na avaliação — acertada — de que os dispositivos econômicos da Constituição embutiam enormes desequilíbrios. As emendas salvaram-na do vaticínio de Sarney. O presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou uma cadeia de rádio e TV para reafirmar suas convicções: "Será a 80 Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo". Ulysses tinha certeza de ter produzido uma Constituição com "cheiro de amanhã, não de mofo". À sua maneira, tanto Sarney quanto Ulysses estavam certos. A Carta de 88 refletiu a hegemonia da sociedade civil e dos princípios democráticos. Seria, portanto, uma 85 redução ociosa classificá-la como boa ou ruim. Ela veio a ser funcional no terreno da política e na arquitetura social — e, graças às dezenas de emendas que recebeu nessas duas décadas, foi se tornando menos pesada na economia. É a cara do Brasil.

A alternativa que **NÃO** contém um desdobramento apresentado no texto como ponto negativo da Constituição é

- A) debilitação dos partidos políticos.
- B) excesso de pormenores, com o objetivo, entre outros, de se controlar a atividade econômica.
- C) generosidade em relação aos direitos sociais, tornando a gestão pública quase inviável.
- D) restrição das prerrogativas da Câmara e do Senado, no que diz respeito à atividade legiferante, como decorrência da hipertrofia do Executivo.

Questão 2

O texto apresenta os constituintes de 88 como

- A) corporativistas, marcados pela carência de princípios éticos.
- B) idealistas, caracterizados pela heterogeneidade e pela profusão de interesses.
- C) inconsequentes, eivados pelo temor decorrente da repressão do período ditatorial.
- sérios e responsáveis, identificados pela capacidade de aquiescer e fazer concessões diante de impasses.

Questão 3

Assinale a alternativa que apresenta uma assertiva que **NÃO** condiz com as idéias expressas no texto.

- A) A aprovação de emendas à Constituição resgatou, de alguma forma, a governabilidade do Brasil.
- B) A inclusão na Carta do dispositivo que trata da OAB se justifica pelo fato de ser a mais reconhecida entidade de classe de defesa dos direitos sociais e humanos.
- C) Num regime ideal, haveria maior desconcentração de poder, inclusive no que se refere à repartição de recursos públicos.
- D) O impeachment de Collor representou um teste, um momento institucional em que foram respeitados os princípios democráticos implantados com a Constituição de 1988.

O texto vincula os temas cuja regulamentação depende de lei complementar

- A) à necessidade de detalhamento, impertinente numa Constituição.
- B) à ausência de acordo, consegüência da diversidade de percepções e interesses.
- C) à prioridade para os temas mais instigantes e prementes.
- D) ao fato de não abordarem temas alheios a uma Constituição.

Questão 5

"Será a Constituição Cidadã porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros." (linhas 79-80)

Assinale a alternativa em que a substituição do termo sublinhado pelo pronome correspondente está *CORRETA*.

- A) Será a Constituição Cidadã porque os recuperará como cidadãos.
- B) Será a Constituição Cidadã porque recuperá-los-á como cidadãos.
- C) Será a Constituição Cidadã porque lhes recuperará como cidadãos.
- D) Será a Constituição Cidadã porque recuperar-lhes-á como cidadãos.

Questão 6

"A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação." (linhas 1-2)

Assinale a redação que NÃO é admitida pela norma culta.

- A) Completaram-se vinte anos desde a promulgação da Constituição.
- B) Faz vinte anos que a Constituição foi promulgada.
- C) Promulgou-se, há vinte anos, a Constituição.
- D) Tem vinte anos que a Constituição foi promulgada.

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta: "Ela tornará o Brasil ingovernável", disse Sarney.

Mantendo-se o contexto e preservando-se o significado, a estrutura sublinhada pode ser substituída por

- A) Sarney afirmou que ela torna o Brasil ingovernável.
- B) Sarney afirmou que ela tornará o Brasil ingovernável.
- C) Sarney afirmou que ela tornara o Brasil ingovernável.
- D) Sarney afirmou que ela tornaria o Brasil ingovernável.

Questão 8

Assinale a alternativa em que **NÃO** se admite a correspondência entre o termo destacado e a expressão entre colchetes.

- A) "A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, <u>que</u>, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. [ATOS EXCEPCIONALÍSSIMOS]
- B) "A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico <u>delas</u>." [DAS FORÇAS POLÍTICAS DOMINANTES]
- C) Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que <u>lhe</u> informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta [...] [A JOSÉ SARNEY]
- Elas são códigos de normas <u>que</u> pretendem regular a distribuição dos poderes [...]"
 [CÓDIGOS DE NORMAS]

"Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável."

Considerando o período destacado acima, assinale a alternativa em que a redação proposta **NÃO** preserva o sentido do texto.

- A) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Logo seu DNA era robusto e saudável.
- B) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais, pois seu DNA era robusto e saudável.
- C) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, assim, robusto e saudável.
- D) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, pois, robusto e saudável.

Questão 10

Ainda que provoque alguma alteração no sentido, a substituição do termo sublinhado pela forma verbal entre colchetes **NÃO** acarreta erro de concordância em

- A) "A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, <u>se tornou</u> um meio de legislar sobre qualquer assunto." [SE TORNARAM]
- B) "Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis <u>mostrava</u> que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo." [MOSTRAVAM]
- C) "Não <u>faltaram</u> momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88." [FALTOU]
- "[...] seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se <u>cogitou</u> recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais." [COGITARAM]

"A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens." (linhas 4-5)

Assinale a forma ativa correspondente ao período acima.

- A) Pessoas de todas as origens compõem a Constituinte.
- B) Pessoas de todas as origens comporiam a Constituinte.
- C) Pessoas de todas as origens compunham a Constituinte.
- D) Pessoas de todas as origens compuseram a Constituinte.

Questão 12

"Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira." (linhas 10-11)

Assinale a redação que NÃO contém erro gramatical.

- A) Vista por esse prisma, a Constituição deixou claro que existem bastantes pontos de dissenso na vida pública brasileira.
- B) Vistas por esse prisma, as disposições constitucionais deixaram claro os traços da existência de dissenso na vida pública brasileira.
- C) Visto por esse prisma, o texto constitucional deixou claro o quão repleto de dissenso é a vida pública brasileira.
- D) Vistos por este prisma, os dispositivos do texto constitucional deixaram claras as evidências de como se fez presentes na vida pública brasileira o dissenso.

Questão 13

"Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país <u>havia cumprido</u> a transição democrática." (linhas 13-14)

A alternativa que contém uma forma verbal correspondente, em tempo e modo, à estrutura sublinhada é

- A) cumpria.
- B) cumprira.
- C) cumpriria.
- D) cumpriu.

De acordo com o Decreto n. 6.583, publicado no "Diário da União" de 30/09/2008, "não se acentuam graficamente os ditongos da sílaba tônica das palavras paroxítonas".

Nos termos da mesma publicação, "o Acordo, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, obedecerá a um período de transição até 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica em vigor e a nova norma estabelecida."

Assinale a alternativa que contém um vocábulo em que o acento gráfico — ainda obrigatório — se justifica pela regra do ditongo mencionada na transcrição acima.

- A) Assembléia.
- B) País
- C) Período
- D) Pôr

Questão 15

A alternativa em que a nova redação preserva o sentido e a correção gramatical é

- A) "A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil" [...] Pessoas de todas as origens compunham a Assembléia Constituinte: banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros, que queriam, todos estarem representados e, a seu modo, melhorar o Brasil. [...]
- B) "A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação."
 Na ocasião de sua promulgação, a Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil.
- C) "Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores."
 Como a história, as constituições são escritas pelos vencedores, haja vista que não só materializam os acordos possíveis como também os consensos perfeitos.
- D) "Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição".
 - Encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição parecia, naquele momento, serem a maneira mais apropriada dos constituintes assegurarem que não se repetisse os abusos da ditadura como a censura e a perseguição política.

Conhecimentos Específicos

Questão 16

A Lei n. 8.080, de 19/09/90, em seu artigo 35, estabelece que o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Municípios obedece ao seguinte critério:

- A) Município com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo.
- B) Município com Programa de Saúde da Família em atividade.
- C) Organograma da Secretaria Municipal de Saúde estabelecido.
- D) Características qualitativas e quantitativas da rede de saúde na área.

Questão 17

Para receberem os recursos financeiros, conforme o artigo 3° da Lei n. 8.142/90, os municípios deverão contar com os seguintes requisitos, **EXCETO**

- A) Plano de Saúde.
- B) Contrapartida da Secretaria Estadual de Saúde.
- C) Fundo de Saúde.
- D) Conselho de Saúde.

Questão 18

Nos últimos vinte anos, profissionais da área de saúde e políticos ligados ao setor têm lutado pelo aumento de recursos financeiros governamentais para a saúde. Importantes iniciativas ocorreram no período.

Entre essas iniciativas destacam-se as seguintes, **EXCETO**

- A) criação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira CPMF.
- B) criação da Norma Operacional de Assistência à Saúde NOAS 01/2002.
- C) aprovação da Emenda Constitucional n. 29.
- D) inclusão em 1988 no Ato das Disposições Transitórias de que 30%, no mínimo, do orçamento da seguridade social seriam destinados ao setor saúde.

Uma das prioridades do **Pacto pela Vida** é o fortalecimento da capacidade de respostas ao controle do câncer do colo do útero e da mama.

Para o ano de 2006, foram estabelecidos os seguintes objetivos e metas, EXCETO

- A) ampliar para 60% a cobertura de mamografia, conforme protocolo.
- B) realizar punção em 100% dos casos necessários, conforme protocolo.
- C) cobertura de 100% para o exame preventivo do câncer de colo, conforme protocolo.
- D) incentivo para realização de cirurgia de retirada de lesões ou parte do colo do útero, que pode ser realizada em ambulatório, com pagamento diferenciado.

Questão 20

Analise as seguintes afirmativas sobre a política de recursos humanos estabelecida na Lei n. 8.080, de 19/09/90, e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

(,	cargos		•	o no	âmbito	do	SUS	só	pod	erão	ser	exerci	dos	em r	egim	ne de
() Os	servido	ores	que	legal	mente	acui	mular	n c	dois	emp	rego	s não	ро	derã	о ех	ercer

atividades em mais de um estabelecimento do SUS.

() A dedicação exclusiva aos serviços do SUS será valorizada.

() A política de recursos humanos é atribuição exclusiva do governo federal.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras CORRETA.

A) (V) (F) (V) (F)

B) (F) (V) (F) (V)

C) (V) (F) (F) (V)

D) (F) (V) (V) (F)

Considerando as ações do Pacto em Defesa do SUS, abaixo relacionados, assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Estabelecimento de diálogo com a sociedade, além dos limites institucionais do SUS.
- () Estabelecimento de parceria com os hospitais e clínicas privadas.
- () Estabelecimento de parceria com as indústrias de insumos para a saúde.
- () Regulamentação da EC n. 29, pelo Congresso Nacional.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras CORRETA.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (F) (V) (V) (F)

Questão 22

O controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei n. 8.142/90, se efetiva pela

- A) participação dos conselhos profissionais da área.
- B) consulta às lideranças sociais.
- C) participação da sociedade nas campanhas de saúde.
- D) atuação das entidades representativas da sociedade nos diferentes níveis do sistema.

Em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Entende-se por hierarquização a organização dos serviços de saúde por ordem de complexidade tecnológica, isto é, prestando serviços desde o domicílio do usuário, passando pelo Centro de Saúde, até o Hospital de referência.
- B) O SUS, conforme definido pela Constituição Federal, dá ênfase à participação do Setor Privado, colocando-o, inclusive como prioritário, uma vez que o Setor Público encontra-se caótico.
- C) Entende-se por resolutividade de um serviço de saúde a exigência de que, uma vez procurado, esteja capacitado para enfrentar o problema e resolvê-lo até o nível de sua complexidade.
- D) A descentralização significa redistribuição do poder decisório, dos recursos (financeiros, humanos etc.) e competência entre os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal).

Questão 24

Segundo a Norma Operacional da Assistência à Saúde, NOAS-SUS 01/2002, os municípios se encontram nas seguintes condições de gestão:

- A) Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada ou Gestão Plena do Sistema Municipal
- B) Gestão Incipiente ou Gestão Parcial
- C) Gestão Parcial ou Gestão Semiplena
- D) Gestão Plena do Sistema Municipal

Questão 25

O Programa de Saúde da Família é uma das principais estratégias da Política Nacional de Atenção Básica.

Para a sua implantação, o município deve atender o seguinte pressuposto básico:

- A) atuação centrada no atendimento de agentes comunitários.
- B) realização de cadastramento de famílias com adscrição de clientela.
- C) baixa cobertura de atenção especializada.
- D) exclusividade na atenção à população mais pobre.

Analise as seguintes afirmativas em relação ao Programa de Saúde da Família.

- Cada agente comunitário de saúde acompanha entre 400 e 750 pessoas.
- II. A equipe é constituída por médico, enfermeiro, dentista, auxiliar de enfermagem e quatro a seis agentes comunitários de saúde.
- III. A carga horária de trabalho da equipe é de oito horas diárias.
- IV. A equipe de saúde da família trabalha com uma população adscrita.

A análise permite concluir que

- A) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- C) apenas a afirmativa I está correta.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

Questão 27

Os três tipos de medicamentos existentes no mercado brasileiro, segundo a Lei n. 9.787/99, são

- A) de marca, tradicionais e similares.
- B) genéricos, de referência e inovadores.
- C) de referência, genéricos e similares.
- D) genéricos, similares e de marca.

Questão 28

Em relação aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a afirmativa *INCORRETA*.

- A) O setor privado pode participar de forma complementar junto ao SUS.
- B) A equidade é o princípio pelo qual as pessoas têm acesso igualitário a todas as modalidades de serviços e ações de saúde.
- C) A participação popular via usuários do sistema nos conselhos de saúde deve ser necessariamente paritária.
- D) As atividades relacionadas à atenção primária à saúde devem necessariamente ser municipalizadas, assim como as atividades de atenção secundária devem ficar a cargo dos governos estaduais.

A Constituição de 1988 estabelece que o acesso aos serviços de saúde no País tem caráter

- A) filantrópico, mediado pela solidariedade.
- B) universal, ao qual todos têm direito.
- C) seletivo, isto é, disponível para a maioria.
- D) público, organizado segundo as camadas de pobreza.

Questão 30

Considerando a concepção de Pestana e Mendes (2004), entre os critérios para a regionalização da atenção à saúde, **NÃO** se pode(m) incluir

- A) Contigüidade intermunicipal.
- B) Subsidiaridade econômica e social.
- C) Convergência político-partidária.
- D) Herança e Identidade Cultural.

Questão 31

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, relacionando as Normas Operacionais do SUS as suas atribuições.

COLUNA			COLUNA II
1. NOB 01/91	()	Institucionalização das Comissões Intergestores Tripartites e
2. NOB-SUS/93			Bipartites.
3. NOB 01/96	()	Política de regionalização.
	()	Convênio entre União, Estados e Municípios.
4. NOAS 01/2002	()	Consolidação da política de municipalização.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números CORRETA.

- A) (2) (3) (1) (4)
- B) (3) (1) (4) (2)
- C) (2) (3) (4) (1)
- D) (2) (4) (1) (3)

A definição e coordenação do sistema nacional de vigilância epidemiológica é competência da direção nacional do

- A) Sistema de Informações Hospitalares.
- B) Sistema de Informações de Mortalidade.
- C) Sistema Único de Saúde.
- D) Superintendência de Vigilância em Saúde.

Questão 33

Numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, relacionando os sistemas de informação as suas atribuições.

COLUNA I	COLUNA II
1. SINASC	() Sistema de Informações sobre a Atenção Básica.
2. SIM	 () Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação Compulsória.
3. SIAB	() Sistema de Informações sobre Mortalidade.
4. SINAN	() Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (2) (3) (1) (4)
- B) (3) (4) (2) (1)
- C) (2) (3) (4) (1)
- D) (2) (4) (1) (3)

Analise as seguintes afirmativas sobre indicadores de saúde e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para mulheres residentes de 15 a 49 anos de idade.
- () A taxa bruta de natalidade é obtida pelo somatório dos nascidos vivos e mortos.
- () A taxa de mortalidade proporcional por idade é obtida pelo número de óbitos, por faixa etária, sem excluir os de idade ignorada.
- A esperança de vida ao nascer é obtida a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, tomando-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (F) (V) (V) (F)

Questão 35

Para obter a autorização de funcionamento, as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem satisfazer os seguintes requisitos, **EXCETO**

- A) autorização do gestor do município da sede da operadora.
- B) registro nos Conselhos Regionais de Medicina e Odontologia, conforme o caso, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei n. 6.839, de 30 de outubro de 1980.
- C) demonstração da viabilidade econômico-financeira dos planos privados de assistência à saúde oferecidos, respeitadas as peculiaridades operacionais de cada uma das respectivas operadoras.
- D) demonstração da capacidade de atendimento em razão dos serviços a serem prestados.

As empresas que mantêm sistemas de assistência privada à saúde na modalidade de autogestão estão dispensadas de cumprir a seguinte condição:

- A) especificação dos recursos humanos qualificados e habilitados, com responsabilidade técnica de acordo com as leis que regem a matéria.
- B) descrição de suas instalações e equipamentos destinados à prestação de serviços.
- C) especificação da área geográfica coberta pelo plano privado de assistência à saúde.
- D) descrição pormenorizada dos serviços de saúde próprios oferecidos e daqueles a serem prestados por terceiros.

Questão 37

Assinale o procedimento médico que está fora do plano-referência de assistência à saúde das operadoras de planos de saúde.

- A) Parto
- B) Internação em Centro de Tratamento Intensivo
- C) Atendimento a portadores de HIV
- D) Inseminação artificial

Questão 38

Analise as seguintes afirmativas sobre a evolução das despesas do Ministério da Saúde entre 1995 e 2004 e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

()	Aumento significativo excepcional.	dos g	gastos	com	medicamentos	de	dispensação	em	caráter
()	Aumento da despesa	com p	essoal	ativo).				

- () A atenção básica obteve o maior crescimento proporcional de gastos.
- () A atenção de média e alta complexidade obteve o maior crescimento proporcional de gastos.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (F) (V) (V) (F)

Assinale a alternativa NÃO relacionada aos objetivos da Norma Operacional Básica 01/96.

- A) Fortalecer a gestão do SUS, compartilhada entre os governos municipais, estaduais e federal, via comissões intergestores tripartite e bipartite, como espaços permanentes de negociação e pactuação entre gestores.
- B) Aumentar a participação percentual da transferência regular e automática dos recursos federais a estados e municípios.
- C) Estabelecer prioridades de destinação de recursos ao setor privado, objetivando expansão de rede de apoio e diagnóstico.
- D) Reorganizar o modelo assistencial, descentralizando para os municípios a responsabilidade pela gestão e execução da atenção básica de saúde.

Questão 40

Sobre o Orçamento da Seguridade Social, é CORRETO afirmar que

- A) é por meio dele que são destinados os recursos financeiros para Saúde, Educação e Previdência Social.
- B) ele varia segundo o número de empregos formais no País, uma vez que a maioria dos seus recursos é proveniente do desconto sobre a folha de salários das empresas.
- C) suas principais fontes de renda são representadas pela COFINS e pelo Imposto de Renda.
- D) parte da receita proveniente da folha salarial das empresas é transferida para o orçamento da saúde.

Noções de Direito Público

Questão 41

Analise as seguintes afirmativas sobre a fundação instituída pelo poder público e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A dotação patrimonial terá que ser inteiramente do poder público.
- () A sua natureza fundacional retira-lhe a possibilidade de auto-administração.
- A forma de extinção das fundações governamentais é apenas por lei e, não, pelas disposições do Código Civil.
- () Terão imunidade tributária, quanto ao imposto sobre patrimônio, a renda ou serviços vinculados a suas finalidades essenciais.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (F) (F)
- B) (F) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (V) (V)
- D) (V) (F) (V) (F)

Questão 42

- O Controle da Administração Pública Indireta é exercido
- A) pela tutela e nos exatos limites estabelecidos em lei.
- B) pelo poder de autotutela que permitirá rever os atos ilegais e inoportunos.
- C) por um controle interno que permitirá a revisão de atos eivados de vícios.
- D) somente quando houver provocação dos administrados.

Questão 43

Sobre o Serviço Público, é **CORRETO** afirmar que

- A) a abrangência das atividades consideradas como serviço público são sempre as mesmas no tempo e no espaço.
- B) a gestão do serviço público é atribuição do Estado que poderá exercê-la de forma direta ou indireta.
- C) não poderá ser objeto de delegação pelo Poder Público em razão da supremacia do interesse público.
- será possível a distinção de caráter pessoal para que se faça jus à prestação do serviço público.

"No contrato administrativo, existe uma oferta feita, em geral, por meio do edital de licitação, a toda coletividade; dentre os interessados que a aceitam e fazem a sua proposta (referente ao equilíbrio econômico do contrato), a Administração seleciona a que apresenta as condições mais convenientes para a celebração do ajuste. Forma-se, assim, a vontade contratual unitária (primeiro elemento)" (Di Pietro, 2006, p. 261).

Sobre o contrato administrativo, segundo as previsões legais da Lei n. 8.666/93 e explicadas por Maria Sylvia, assinale a afirmativa *CORRETA*.

- A) Devido ao princípio da indisponibilidade, jamais poderá ser considerado como um contrato de adesão.
- B) É defesa à Administração Pública a rescisão do contrato em razão da associação do contratado com outrem para sua consecução. Tal possibilidade será adstrita ao caso de se conter esta norma de forma expressa no edital de convocação.
- C) É obrigatório por lei que a Administração Pública exija garantia do contratado nos contratos de obras, serviços e compras. Estas poderão ser das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária e aval pessoal de pessoa de Direito Público.
- D) Ocorrendo a rescisão por motivo de interesse público, caso fortuito ou de força maior, a Administração Pública estará obrigada a ressarcir os prejuízos regularmente comprovados, a devolver a garantia e a pagar as prestações devidas até a data da rescisão.

Questão 45

Sobre o Servidor Público, conforme as disposições da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, assinale a alternativa *INCORRETA*.

- A) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável, duas vezes, por igual período.
- B) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizem a promoção pessoal do servidor público.
- D) O servidor público será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

O uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto, na forma da lei, de concessão, permissão e autorização.

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, fazendo a relação da modalidade com o seu respectivo conceito, conforme descrito por Maria Sylvia Di Pietro em seu livro Direito Administrativo.

COLUNA II

1. Concessão

() ato administrativo precário, unilateral, gratuito ou oneroso e discricionário pelo qual a Administração faculta a utilização privativa de bem público para fins de interesse público.

2. Permissão

() ato administrativo precário, unilateral e discricionário pelo qual a Administração consente que o particular utilize o bem público com exclusividade. É de caráter transitório.

() contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público, para que o exerça conforme a sua destinação.

Assinale a alternativa que apresenta a següência de números **CORRETA**.

- A) (1) (2) (3)
- B) (3) (2) (1)
- C) (2) (3) (1)
- D) (2) (1) (3)

Questão 47

Assinale a alternativa que apresenta *corretamente* os requisitos para o recebimento da proposição pelo Presidente da Câmara, conforme o Regimento da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

- A) Redação clara e na forma técnica que melhor convier ao proponente, desde que não seja de matéria prejudicada.
- B) Redação clara, forma técnica legislativa e de livre estilo, não podendo conter semelhança com outra proposição em trâmite.
- C) Redação clara, obedecendo ao estilo parlamentar e à técnica legislativa, não podendo constituir matéria prejudicada, mas permitida a repetição de matéria em tramitação.
- D) Redação clara com estilo parlamentar e técnica legislativa, vedada a identidade e/ou semelhança com matéria em tramitação e a que estiver prejudicada.

É de Competência privativa da Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, **EXCETO**

- A) processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Secretário Municipal, bem como ocupante de cargo de mesma hierarquia deste, nas infrações político-administrativas.
- B) suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado, quando a decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Constituição do Estado.
- C) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo urbano.
- D) solicitar, pela maioria de seus membros, a intervenção do Estado.

Questão 49

Como informa Silva (2007, p. 476), "[...] a autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências para o exercício e desenvolvimento de sua atividade normativa. Esta distribuição constitucional é ponto nuclear da noção de Estado federal."

Para a devida repartição das competências entre os entes federativos, é adotado pela Constituição da República, segundo o autor, o princípio da

- A) unificação da federação.
- B) predominância do interesse.
- C) viabilidade jurídica.
- D) hierarquização administrativa.

Questão 50

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, há expressa proibição de que o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores e empregados públicos municipais não poderão firmar contrato com o Município.

A referida proibição subsistirá

- A) somente enquanto perdurarem as respectivas funções.
- B) mesmo depois de findas as respectivas funções e por um período de 02(dois) anos.
- C) mesmo que findas as funções, até que seja votada a próxima dotação orçamentária.
- D) até seis meses após findas as respectivas funções.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01 A B C D	18 A B C D	35 A B C D
02 A B C D	19 A B C D	36 A B C D
03 A B C D	20 A B C D	37 A B C D
04 A B C D	21 A B C D	38 A B C D
05 A B C D	22 A B C D	39 A B C D
06 A B C D	23 A B C D	40 A B C D
07 A B C D	24 A B C D	41 A B C D
08 A B C D	25 A B C D	42 A B C D
09 A B C D	26 A B C D	43 A B C D
10 A B C D	27 A B C D	44 A B C D
11 A B C D	28 A B C D	45 A B C D
12 A B C D	29 A B C D	46 A B C D
13 A B C D	30 A B C D	47 A B C D
14 B C D	31 A B C D	48 A B C D
15 A B C D	32 A B C D	49 A B C D
16 B C D	33 A B C D	50 A B C D
17 A B C D	34 A B C D	

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

ATENÇÃO: AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.